

PROJETOS SOCIOACADÊMICOS: A PRÁTICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NO ISECENSA

Angela Barros Fonseca Berto - ISECENSA

angela.berto@ibest.com.br

Sonia Martins de Almeida Nogueira - ISECENSA

smanogueira@infolink.com.br

Resumo: Este estudo se detém nos projetos de responsabilidade social em andamento nos Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora - ISECENSA, situados em Campos dos Goytacazes, RJ. O objeto da pesquisa são cinco projetos sócio-acadêmicos, que não se caracterizam como exigência curricular, desenvolvidos no período de 2006 – 2008, em quatro cursos de graduação. Trata-se de um estudo de caso, cujos resultados visam oferecer elementos de avaliação dos projetos no período em foco.

Palavras-chave: responsabilidade social; projetos socioacadêmicos; universidade

INTRODUÇÃO

As visíveis limitações do setor público como supridor eficiente de serviços estão convencendo os governos em todo o mundo a delegar responsabilidades para o gerenciamento de serviços.

Várias organizações já começaram a aceitar que somos interdependentes, que existe a necessidade do outro, bem como a importância de consolidar o compromisso entre as pessoas, a fim de alcançar um desenvolvimento humano para todos e para cada um de nós. Dentre essas organizações, as instituições de ensino superior são um exemplo que, neste estudo, volta-se para os Institutos Superiores de Ensino do CENSA - ISECENSA a fim de investigar as seguintes questões: De que forma ocorrem os projetos de Responsabilidade Social no ISECENSA? Como a idéia de “preventividade” trabalhada nas instituições salesianas aproxima-se destes projetos? As atividades voltadas para a comunidade de Campos dos Goytacazes (externa) estão relacionadas às trabalhadas no ISECENSA (interna) – Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI? As ações desenvolvidas se caracterizam como componentes da grade curricular dos cursos, ou seja, se voltam para elementos do domínio cognitivo trabalhados em estratégias didáticas relacionadas às ações desenvolvidas no campo?

O afastamento do primeiro setor (organizações estatais) frente à responsabilidade social pode ser o fator que contribui para o avanço do terceiro setor na

área privada, segundo setor. O terceiro setor vem preencher a lacuna deixada pelo Estado e as práticas de responsabilidade social tornam-se uma constante nas instituições, especialmente as privadas.

Dentro deste contexto, percebemos que a sociedade está a exigir, cada vez mais, que também as universidades prestem contas sobre a maneira como capacitam seus estudantes para evitar futuros casos de corrupção e para que tenham melhor consciência social. Estas são as universidades que serão reconhecidas como instituições que terão contribuído para o desenvolvimento da humanidade.

Nos últimos anos, cresceu em importância a Responsabilidade Social Universitária - RSU nos diferentes âmbitos acadêmicos, dada sua contribuição para a formação de estudantes e comunidades socialmente responsáveis.

Segundo François Vallaeys (2006, p. 39):

[...] a Responsabilidade Social Universitária exige, a partir de uma visão holística, a articulação das diversas partes da instituição, em um projeto de promoção social de princípios éticos e de desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes responsáveis e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis.¹

Ao lançar o livro *A Universidade necessária*, Ribeiro (1975) apontava para a necessidade de tornar a universidade um *instrumento acelerador do processo e da revolução social* e afirmava que o maior desafio consistia em elaborar um modelo teórico de universidade capaz de reverter seu papel tradicional de perpetuadora do sistema predominante, convertendo-a em um *agente de transformações da sociedade*.

Atualmente, vemos que o cenário da educação superior brasileira vem passando por profundas mudanças desde a institucionalização do mercado universitário, que se caracteriza pela acirrada concorrência entre as instituições para atrair clientes-consumidores. (CALDERÓN, 2006)

No início da década de 1990, no Brasil, assiste-se ao impressionante crescimento quantitativo das universidades particulares com fins lucrativos, geridas como empresas que oferecem produtos e serviços de acordo com a demanda do mercado. São essas universidades que favoreceram a democratização do acesso ao

¹ Como exemplo de Responsabilidade Social Universitária na América Latina, cite-se a muito interessante experiência chilena Universidad Construye País, que integra várias universidades em torno de um projeto baseado em uma visão integral de responsabilidade social no âmbito da universidade (cobrindo os aspectos de gestão, docência, pesquisa e extensão): <http://www.construyepais.cl>

ensino superior, ampliando significativamente a oferta de produtos educacionais. No entanto, o processo de mercantilização do ensino viola valores culturais fortemente arraigados no país, segundo os quais o ensino é concebido como direito social, um serviço provido pelo Estado com objetivos essencialmente públicos e não-lucrativos.

A Responsabilidade Social, longe de ser mero assistencialismo/filantropia, deve ser, nos dias de hoje, prioridade social, política e educacional. As ações de filantropia, motivadas por razões humanitárias, são isoladas e reativas, enquanto o conceito de responsabilidade social possui uma amplitude muito maior. A diferença entre as duas, segundo o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, instituição brasileira que se dedica a disseminar a prática da responsabilidade social empresarial, é a de que, enquanto a responsabilidade social faz parte do planejamento estratégico, trata diretamente dos negócios da empresa e de como ela os conduz e é instrumento de gestão, a filantropia é apenas relação social da organização para com a comunidade (INSTITUTO ETHOS, 2002).

Não se trata de filantropia ou caridade, mas sim, de um compromisso das organizações de criar parcerias entre o setor público, o privado e o Terceiro Setor. Mais conscientes de seu papel, as organizações privadas se comprometem e dividem com o Estado a responsabilidade de minimizar a exclusão social, mobilizando recursos para projetos sociais. Além disso, as instituições socialmente responsáveis devem investir na educação, na saúde, no bem-estar e no progresso/crescimento de seus funcionários, uma vez que esses fatores geram maior produtividade, compromisso e dedicação por parte deles. Em suma, ser uma empresa/instituição responsável significa exercer o papel social externa e internamente, buscando uma sociedade mais justa e que promova o desenvolvimento humano.

O problema que este estudo tem em foco é verificar de que forma são organizadas e como ocorrem as atividades voltadas para a Responsabilidade Social nos Institutos Superiores de Ensino do CENSA, considerando-se a premissa de que a instituição está a serviço da comunidade e busca participar da construção de um mundo melhor para todos.

Temos como objetivos investigar as práticas de responsabilidade social existentes em 5 projetos desenvolvidos no período de 2006 - 2008, em cursos de graduação, nos Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora (ISECENSA), localizados em Campos dos Goytacazes/RJ; compreender o conceito de responsabilidade social, redefinindo o novo papel da universidade;

identificar nos projetos analisados as atividades de responsabilidade social que favorecem o protagonismo dos alunos universitários e a autonomia dos sujeitos envolvidos, bem como descrever como se manifesta a Responsabilidade Social (interna/externa) no ISECENSA, a partir dos princípios norteadores da Responsabilidade Social Universitária.

No ISECENSA, o compromisso com os projetos sociais é uma constante no dia a dia da instituição. Intitulados “Projetos Sócio-Acadêmicos”, eles são gerados a partir de um trabalho conjunto dos professores e dos professores e coordenadores de curso e, posteriormente, partilhados com todos, principalmente com os alunos. Parte-se de situações-problema enfrentados pela comunidade e que merecem atenção especial por parte da universidade. Ao iniciar o período letivo os alunos são envolvidos nesses projetos, fortalecendo as equipes já existentes e motivando-os ao trabalho voluntário e ao exercício da cidadania.

Como uma instituição salesiana, é possível perceber que o ISECENSA preocupa-se em tornar real o Sistema Educativo de Dom Bosco na ótica da preventividade. Os projetos sócio-acadêmicos proporcionam oportunidades de crescimento tanto para os universitários quanto para a comunidade local.

No Sistema Educativo de Dom Bosco, a preventividade é o grande referencial para a atuação do educador junto aos alunos. Permite-lhes liberar suas melhores energias, aproveitar da melhor maneira os caminhos mais substanciais da educação. Assim, dentro das escolas salesianas, a ação pedagógica comprometida com a formação do *bom cristão e do honesto cidadão*, deve colocar como princípios que orientem a prática educativa, segundo o artigo 43 da Carta de Princípios: o respeito à dignidade da pessoa humana; a garantia à igualdade de direitos; o incentivo à participação e o cultivo da solidariedade, que se traduz na abertura às pessoas, na partilha, na transformação da realidade.

O CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Entendemos por Responsabilidade Social Universitária a capacidade que tem a universidade de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores, por meio de quatro processos essenciais – gestão, docência, pesquisa e extensão – comprometendo-se assim, do ponto de vista social, com a comunidade universitária e com país em que se insere. (DE LA JARA ET al, 2006)

O termo “responsabilidade social” generalizou-se na última década, à medida que se tornou um dos pilares de sustentação do chamado Terceiro Setor. O Terceiro Setor é um movimento social que prega a co-responsabilidade entre o Estado e a Sociedade Civil para o equacionamento dos principais problemas sociais, diante da crise fiscal do Estado e do colapso do Estado de Bem-Estar (CALDERÓN & MARIM, 2003).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES se fundamenta, entre outros aspectos, no “aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais” das IES²; constando entre os princípios fundamentais: “a responsabilidade social com a qualidade da educação superior”.

Concretamente, a grande novidade está na inclusão da responsabilidade social como uma das dez dimensões de avaliação das IES. A interferência estatal no sistema universitário apresenta novos elementos para a discussão da questão da responsabilidade social: o que era mera tendência do mercado, agora assume o caráter de obrigação institucional diante da normativa estatal. O SINAES instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, do Governo Federal, afirma que a responsabilidade social refere-se à contribuição das instituições de ensino superior (IES) em relação à “inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”. (BRASIL, 2006c, p. 138 apud CALDERÓN, 2008, p. 23)

A extensão universitária define-se como dimensão do trabalho desenvolvido pela academia no ensino e na pesquisa, na formação de recursos humanos e na produção e divulgação do conhecimento produzido. Não pode ser confundida com assistencialismo. A escola não pode substituir o Estado no atendimento de necessidades básicas da população carente. É preciso evitar, por outro lado, que se continue a confundir

² As dez dimensões são: a missão e o PDI; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; organização e gestão da instituição – funcionamento dos colegiados; infra-estrutura física; planejamento e avaliação; políticas de atendimento aos estudantes e sustentabilidade financeira.

extensão universitária com ações filantrópicas baseadas no trabalho voluntário dos alunos, professores e funcionários – a chamada responsabilidade filantrópica (TODOROV, 2005).

O trabalho de extensão só se justifica à medida que extensão é ensino e/ou pesquisa: o aluno atende a população carente como parte de seu aprendizado prático, seja no exercício profissional, seja no treinamento de suas habilidades de pesquisa. A responsabilidade social está em tudo o que cerca a formação dos alunos e a produção de conhecimento.

O ATUAL CENÁRIO

Nos últimos anos, cresceu em importância a Responsabilidade Social Universitária (RSU) nos diferentes âmbitos acadêmicos, sobretudo no ensino privado dada sua contribuição para a formação de estudantes e comunidades socialmente responsáveis.

Para Vallaeys (2006), é na universidade que se forma o mais alto nível de qualificação da pessoa, do ponto de vista técnico e científico. Mas, nem sempre nela se tem formado o profissional cidadão, comprometido com a mudança almejada pelas sociedades como as encontradas na América Latina. Tal responsabilidade beneficia, pois, tanto as organizações quanto o entorno social no qual elas se inserem.

Ensino, pesquisa e extensão são ações privilegiadas do ensino superior já que integram, intra e extra-muros, saberes que estão (ou deveriam estar) a serviço do aprender, do ensinar e do promover. Aprender e ensinar sendo sinônimos de uma construção coletiva do conhecimento. Promover sendo sinônimo de restabelecer a dignidade e também o compromisso de uns com os outros. Representa um passo adiante na intenção do fazer, do servir, pressupõe uma percepção mais profunda do princípio da “fraternidade”. (idem, 2006)

As instituições de ensino superior não podem se distanciar desse movimento de Responsabilidade Social, que se fortalece na mesma proporção em que se fortalece a sociedade civil brasileira, organizando-se na busca da construção de um mundo mais próspero, mais humano, menos violento, com desenvolvimento econômico equânime e oportunidades iguais para todos.

Refletir sobre a Responsabilidade Social Universitária significa pensar não só nos deveres e nas obrigações da universidade, mas nas incumbências inerentes à

natureza institucional das IES, na transparência e na ética nas suas relações, no respeito à diversidade, nas boas condições de trabalho, no respeito às normas democraticamente estabelecidas. Significa pensar sobre uma instituição que adota uma atitude ética em todas as suas atividades e com todos os atores com os quais interage, nos âmbitos interno e externo, além das “obrigações morais” que a sociedade atribui aos cidadãos e às organizações sociais.

Cabe à universidade facilitar o desenvolvimento de seus alunos. Entretanto, é necessário reconhecer que o desenvolvimento não é simplesmente algo acadêmico e informativo. Desenvolvimento consiste em criar condições favorecedoras para que o estudante aprenda a pensar por si mesmo; ajudá-lo a fortalecer seus próprios ideais e opiniões e promover a leitura da realidade do mundo. Realidade que nos mostra um mundo onde existem mais de um bilhão de pessoas vivendo em situação de pobreza e 10,815 milhões desnutridas, entre outras questões inconcebíveis. Ao expor esta realidade, a universidade passa a assumir seu compromisso social e o estudante começa a compreender sua própria responsabilidade. É aqui que a transformação se inicia – quando se constrói a universidade ao redor de um núcleo social e não como um processo paralelo como o da projeção social. Em resumo, a RSU é o elo entre dois mundos diferentes: a universidade, com seus tecnocratas, docentes, estudantes, missão, currículo, pesquisa e o resto de sua bagagem – tanto desejada quanto indesejada – e a realidade de nossos países, com sua iniquidade, sua pobreza, seus antagonismos e sua globalização.

O grande diferencial de uma IES que exerce a Responsabilidade Social não está focado simplesmente nas estratégias utilizadas junto à comunidade do seu entorno, seja pelos projetos de extensão universitária, seja pelos resultados das suas pesquisas acadêmicas, seja pelos programas assistencialistas que apóia, mas no conceito de educação assumido em seu projeto institucional, nas premissas adotadas e nos pressupostos éticos evidenciados no seu projeto político pedagógico. A gestão de um projeto político pedagógico comprometido com a Responsabilidade Social exige o respeito aos princípios do coletivo, a liberdade comunicativa o exercício co-responsável da vivência em comum, e isso impõe adequações, reconfigurações, redimensionamentos dos processos e das formas do trabalho pedagógico.

Ao contemplar, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o compromisso com a Responsabilidade Social, a IES amplia sua função social para além da instrução, assumindo o compromisso de levar os estudantes a serem leitores do seu

tempo, usando seus saberes para agir de maneira edificada (DE SORDI, 2005). Isto é, se propõem a transformá-los em protagonistas da sua história e construtores do seu tempo, detentores de atitude mais consciente, vigilante e crítica.

A GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

As IES, na sua maioria, são empreendimentos educacionais com a missão de se tornarem espaços de formação e capacitação dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento do país. Neste sentido, considerando esta finalidade institucional, falar da RSU significa falar do compromisso permanente que as IES deveriam ter para cumprir sua missão, isto é, a garantia de boa qualidade de ensino para os cidadãos que usufruírem dos serviços educacionais por elas oferecidos, seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação.

Neste sentido, as estratégias de gestão de um projeto pedagógico envolverão elementos tais como: investimento na formação continuada de docentes, utilização de tecnologias de informação e comunicação como forma de democratização de acesso e permanência dos alunos e busca de parcerias e recursos para viabilização de projetos sociais e de produção de conhecimento que aprimorem os processos de formação de seus quadros e de suas comunidades mais próximas.

Outro elemento importante no processo de construção e afirmação da identidade socialmente responsável das IES é a criação de espaços de diálogo entre os diversos segmentos de aliados. A IES, como todo lugar onde se faz educação, é um espaço de encontro de vivências presentes, de formulação e expressão de expectativas e de construção coletiva do futuro. E de um futuro, necessariamente, melhor.

A ÉTICA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE

A ética nas atividades é a base da responsabilidade social e se expressa por meio de princípios e valores praticados pela organização.

O mundo vive acelerados processos de mudanças. Tempo de incertezas. Nesse sentido, falar de RSU significa fazer referência a princípios e valores direcionados ao desenvolvimento humano que devem sustentar, iluminar e nortear qualquer empreendimento educacional que podem ser agrupados em três grandes dimensões (DE LA JARA, 2006):

a) Dimensão universitária: excelência acadêmica; compromisso com a verdade; interdependência e transdisciplinaridade;

b) Dimensão pessoal: dignidade das pessoas; integridade e honestidade; liberdade;

c) Dimensão social: bem comum e equidade social; desenvolvimento sustentável; aceitação e apreço à diversidade; sociabilidade e solidariedade; cidadania, democracia e participação.

O grande desafio está em transformar esses princípios e valores em pilares que sustentem toda a estrutura gerencial das IES e orientem os projetos de desenvolvimento institucional, os projetos pedagógicos e os projetos sócio-acadêmicos dos cursos.

A preocupação é precisamente dar concretude a esses princípios e valores no cotidiano da vida acadêmica, balizando as atividades em sala de aula, as práticas docentes, as relações gerenciais e as pesquisas científicas.

Quando discutimos sobre a responsabilidade social precisamos fazer referência a princípios e valores direcionados ao desenvolvimento humano, condensados nos projetos pedagógicos e nas diretrizes institucionais que devem sustentar, iluminar e nortear as organizações do conhecimento, seus produtos e serviços oferecidos, incluindo toda a sua estrutura gerencial. Sendo assim, é fundamental buscar a coerência ética que deve existir entre o discurso e a prática administrativa e acadêmica na educação superior. Falar de RSU significa falar de princípios e valores. As ações comunitárias somente possuem sentido se direcionadas para atingir a missão das IES. E nisso, o setor privado de educação superior tem uma responsabilidade inadiável, uma vez que ele representa 90% do total das IES brasileiras, atende aproximadamente a 2,7 milhões de alunos e tem mais de 70% dos alunos matriculados do país como um todo (CALDERÓN, 2006).

Neste contexto, as ações comunitárias tornaram-se práticas acadêmicas por excelência, que possibilitam não somente o aperfeiçoamento das competências técnicas, mas também o desenvolvimento de valores e princípios direcionados ao desenvolvimento humano. As práticas acadêmicas não são meros reflexos de estratégias de marketing institucional. São, ou deveriam ser, reflexos dos princípios e valores que alicerçam a práxis educacional das IES, fruto do cumprimento da sua Responsabilidade Social.

Ações de natureza assistencialista não vão ao cerne da questão, que é a promoção do desenvolvimento social sustentado. A filantropia pode-se constituir em

elemento adicional à responsabilidade social, mas não a substitui. (SCHWARTZMAN, 2005)

A ética deveria constituir a essência da racionalidade econômica. Tal constituição envolve a responsabilidade social da instituição privada, a responsabilidade ética dos meios de comunicação de massa, das universidades, das ONGs, dos sindicatos e demais setores da sociedade civil. Na América Latina há uma imperiosa necessidade de ampliar a pauta do debate das décadas anteriores superando a dicotomia economia-ética. Vivemos uma “sede de ética” permeando toda a sociedade (TRONCOSO et al, 2006). A universidade tem grande oportunidade de colocar-se na vanguarda dos esforços que visam a responder tão justificado clamor.

A universidade pode cumprir um papel fundamental a este respeito situando-se no *front* da luta pelo conhecimento da realidade. Poderá contribuir na qualidade do debate, por intermédio da pesquisa séria, rigorosa, de alto nível, sobre os grandes temas da pobreza e da desigualdade que se encontram no âmago da vida cotidiana da maior parte da população. A ética do desenvolvimento precisa ser ativamente incorporada à sua agenda, tanto no campo da pesquisa quanto na formação de seus graduandos. Formar eticamente implica nutrir o estudante com experiências reais de trabalho junto à comunidade, de solidariedade ativa, de voluntariado.

Uma educação baseada no pensamento complexo nos ajuda a entender melhor as razões do enfraquecimento da noção de responsabilidade em nossa sociedade à medida que predomina um pensamento compartimentado, fragmentado, que nos impede de ver um todo complexo e interligado.

Assman (2000) postula a idéia de que a interdependência é um fato. Para ele, a forma como a nossa vida transcorre diariamente nos leva a pensar que somos indivíduos ou grupos sociais autônomos e independentes e o que se passa com o outro não nos atinge e nem tem a ver conosco.

O reconhecimento da interdependência entre todas as pessoas do mundo, entre todos os seres vivos e não vivos do planeta Terra e entre todos os corpos celestiais do universo nos faz ver que há uma interdependência objetiva, isto é, independente do nosso reconhecimento ou aceitação. É a interdependência como um fato.. Todos nós sofremos os efeitos positivos ou negativos do que acontece no sistema em que vivemos. (ASSMAN, 2000, p. 81)

Nossa tradição escolar, infelizmente, nos preparou (e ainda prepara) para conhecermos “pedaços” independentes da realidade. As disciplinas funcionam quase sempre de maneira autônoma, recortando a realidade ou um aspecto dela. A realidade nos é apresentada de forma fragmentada. Em suma, não aprendemos a ver as relações de interdependência. E, como consequência, os problemas dos indivíduos e dos grupos sociais são compreendidos como problemas isolados, que dizem respeito somente aos interessados e que devem ser solucionados por estes, sem nenhuma responsabilidade do resto da sociedade.

O ser humano, como ser complexo que é, necessita de uma educação que o auxilie a perceber a complexidade existente na nossa vida social. Assim, desenvolveremos novos princípios éticos que não podem ficar somente em formulações abstratas, mas que precisam se concretizar em práticas éticas. Concretamente, falamos da contínua busca da excelência como parte do *ethos* da instituição de ensino superior.

A PRÁTICA DA CIDADANIA E DA RESPONSABILIDADE

Organizar e participar de ações comunitárias, projetos sócio-acadêmicos, dentre outras, são formas de envolvimento dos alunos em busca de alternativas para problemas reais da comunidade em que vive.

Os Institutos Superiores de Ensino do CENSA promovem o exercício desta cidadania na medida em que oportunizam experiências voluntárias de serviço à comunidade, quer por meio de sua Clínica Escola, quer através de seus projetos sócio-acadêmicos desenvolvidos ao longo do ano.

Para Subirats (2003, p.67):

Nos últimos anos temos observado que as sociedades que contam com tradições mais sólidas de associacionismo, que souberam manter sentimentos de comunidade e pautas de reciprocidade entre seus indivíduos, e que desde sempre entenderam o público como um terreno secularizado, compartilhado entre instituições representativas e entidades cívicas, são sociedades que estão melhor preparadas para enfrentar os desafios da mudança do século.

De acordo com Subirats (idem), certos desafios relacionados com problemas que requerem perspectivas de atuação que não podem ser abordadas somente a partir da

capacidade de atuação dos poderes públicos. Sustentabilidade, consumismo, marginalização precisam do apoio das instituições para que se possa obter resultados mais concretos e num prazo menor de realização.

Assim, as comunidades que mantêm laços mais próximos de confiança e que entendem os problemas coletivos como de cada um e não só dos poderes públicos, são as que melhor estão abordando os graves dilemas atuais de nossa sociedade.

Para tanto, é preciso entender o conceito de comunidade como *envolvimento de indivíduos, sentir-se com, pertencer, compartilhar, ter relações sociais significativas*. (SUBIRATS, 2003, p. 75).

Uma pessoa sente-se comunidade se consegue envolver-se. Uma pessoa sente-se comunidade se pode participar. Uma pessoa sente-se comunidade se está conectada. Envolver, participação e conexão são, sem dúvida alguma, fatores que ajudam a criar comunidade, a criar sentido de pertencimento. (ibid)

A universidade, enquanto instituição, pode ser considerada esta comunidade se permite a seus membros o envolvimento, a participação e a conexão. Há muito que ouvimos, principalmente nas instituições salesianas, a expressão “comunidade educativa”, entendida como um agrupamento de professores, alunos, pais e funcionários que compartilham certos objetivos e vínculos.

Nas linhas orientadoras da missão educativa das Filhas de Maria Auxiliadora (FMA), cap.3, artigo 58 , referindo-se ao valor da comunidade educativa, ressalta-se:

O elemento fundamental para assegurar uma eficaz ação educativa e para dar respostas concretas às demandas e às necessidades das novas gerações, num contexto sempre mais globalizado e intercultural, é a presença de uma comunidade educativa. Nela, se busca a convergência e a continuidade das intervenções educativas de modo a envolver os jovens, as educadoras, os educadores e os pais no projeto de educação cristã segundo o estilo do carisma salesiano. (LINHAS ORIENTADORAS DA MISSÃO EDUCATIVA DAS FMA, 2005, p.43)

Dom Bosco e Maria Domingas Mazzarello colocaram em primeiro plano o valor da comunidade educativa. A dimensão comunitária do carisma salesiano implica encontro, colaboração e reciprocidade dentro do processo educativo.

Os projetos sócio-acadêmicos, desenvolvidos na comunidade educativa dos Institutos Superiores de Ensino do CENSA, visam à formação integral da pessoa, no

horizonte do humanismo cristão. Tal formação abre inúmeras possibilidades de envolvimento ativo na promoção da justiça e, portanto, na transformação social pela construção de uma convivência democrática.

A comunidade-universidade não pode ficar reduzida a uma instituição transmissora de conhecimentos. Precisa ser vista e entendida como um lugar de interdependência com a comunidade local. Desta forma, partimos da hipótese de que toda comunidade quer ser reconhecida, como tal, internamente, mas também externamente. Para tanto, a participação em projetos voltados para a comunidade local é de fundamental importância. A comunidade-universidade e a comunidade local devem ser entendidas como âmbitos de interdependência e de influência recíproca. (SUBIRATS, 2003)

Para que tenhamos comunidades socialmente mais responsáveis deveríamos ter comunidades mais participativas. Desenvolver a comunidade também significa desenvolver a participação e o envolvimento com seus problemas.

[...]chamamos de escola-comunidade aqueles centros caracterizados tanto pela forte implantação no território, e por uma ativa aceitação de sua diversidade social, quanto por uma forte identificação de seus componentes com um projeto de escola bem definido. (SUBIRATS, 2003, p. 82)

Nas palavras de SUBIRATS (2003) concluimos que o forte sentido de comunidade combina com a capacidade de aceitação e convivência com a diversidade. O desenvolvimento de ações solidárias implica um ambiente de liberdade no qual cada um sente-se responsável por todos num processo natural de cidadania.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

A universidade atua com base em três funções tradicionais (docência, pesquisa e extensão) e em uma atividade indispensável em toda organização, isto é, a gestão:

conjunto de processos e estruturas administrativo-gerenciais que possibilitam à universidade atingir sua missão institucional. No centro destes quatro processos chave encontram-se os princípios e valores, como um sol do sistema. Os princípios e valores são faróis a orientar, a guiar o comportamento humano. São, pois, fundamentais e permanentes em uma universidade socialmente responsável. Podem ser ordenados em três níveis, de acordo com a proposta chilena Construye País: a)Princípios e valores do plano pessoal, que envolvem a dignidade da pessoa humana, a liberdade e a integridade; b) Princípios e valores do plano social que referem-se ao bem comum e à equidade social, ao desenvolvimento sustentável e meio-ambiente, à sociabilização e solidariedade, à aceitação e reconhecimento da diversidade e à cidadania, democracia e participação; c)Princípios e valores do plano universitário que envolvem o compromisso com a verdade, a excelência e a interdependência e a transdisciplinaridade (SUBIRATS, 2006).

UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva - estudo de caso - pois lidaremos com interpretações da realidade social dos projetos de Responsabilidade Social praticados nos Institutos Superiores de Ensino (ISECENSA – Campos dos Goytacazes /RJ – Brasil), cenário da pesquisa.

A metodologia da pesquisa qualitativa descritiva, neste trabalho, permitirá identificar e analisar dados não mensuráveis, como motivações e expectativas de um determinado grupo, ao pôr em foco as percepções dos coordenadores dos projetos e dos participantes. O contato direto e estreito com o objeto de estudo - neste caso, os projetos selecionados e os sujeitos - deve favorecer o conhecimento de influências que os sujeitos sofrem do ambiente em que se inserem. No caso, a relação campo de desenvolvimento do projeto/ participantes, que pode ser essencial e determinante para a compreensão do fenômeno em estudo.

Nesta pesquisa utilizaremos como amostra cinco (5) Projetos Sócio-acadêmicos desenvolvidos no período de 2006 - 2008 nos Cursos de graduação em: Psicologia, Pedagogia, Fisioterapia e Administração. O critério de seleção destes projetos deu-se por serem considerados projetos de responsabilidade social na medida em que não estão vinculados à exigência curricular do ISECENSA.

Para a realização da pesquisa utilizaremos entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores e alguns participantes dos 5 projetos de responsabilidade social desenvolvidos no ISECENSA e que são foco deste estudo. Utilizaremos também a análise de documentos históricos e institucionais (PDI) bem como de relatórios, dentre outros, que nos auxiliem na busca das origens dos projetos de Responsabilidade Social do ISECENSA e como essas práticas estão sendo desenvolvidas na instituição.

Após a coleta de dados, será feita a *transcrição e a análise*, em que deverão ser considerados as palavras e os seus significados, o contexto em que foram colocadas as idéias, a consistência interna, a freqüência e a extensão dos comentários, a especificidade das respostas. Para tanto, faremos esta análise na dimensão dos coordenadores, bem como na dos outros participantes.

CONSIDERAÇÕES

A Responsabilidade Social traduz-se em uma nova política de gestão nas organizações, minimizando os impactos e os efeitos que são gerados diariamente dentro e fora da instituição, responsável esta pelas conseqüências sociais induzidas pela mesma operação da organização. Este novo modelo de gestão baseia-se em fins éticos, justos e sustentáveis de desenvolvimento social e tem o desejo de promover normas e regulamentações.

O afastamento do primeiro setor (organizações estatais) frente à responsabilidade social contribui para o avanço das ações do terceiro setor e as práticas de responsabilidade social tornam-se uma constante nas instituições, especialmente as privadas. As universidades, por conhecerem de perto a comunidade e seus projetos podem dar respostas mais concretas aos problemas, respeitando as peculiaridades éticas e culturais de cada região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, Hugo. **Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior**. Brasília: INEP, 2006c.

_____. **Lei 10.861, de 14 de abril de 2004**. Lei do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2009.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade Social Universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Estudos**. Ano 24. Nº 36. Junho: 2006.

_____. Doze premissas para a construção de uma Política Institucional de Responsabilidade Social nas IES. **Responsabilidade Social**. ABMES. Ano 3. Nº 3 . 2008.

_____. MARIM, Vlademir. Participação Popular. A escola como alvo do terceiro setor. In: **Desafios da educação municipal**. Donaldo Belo de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria (orgs.) Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DE LA JARA et al. Responsabilidade Social Universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos**. Ano 24. Nº 36. Junho: 2006.

DE SORDI, Maria Regina L. A Responsabilidade Social como valor agregado do projeto político pedagógico dos cursos de graduação: o confronto entre formar e instruir. **Estudos**, Brasília, ano23,n.34.p.29-39,abr.2005.

FMA. Para que tenham vida e vida em abundância. **Linhas Orientadoras da missão educativa das FMA**. Torino: Elledici, 2005.

GOMÉZ-GRANELL, C; VILA, I (Orgs.). **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre: ArtMed, 2003.

INSTITUTO ETHOS. Perguntas e respostas. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/pri/princ/prespostas/index.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2008.

ISECENSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Campos dos Goytacazes – RJ. Institutos Superiores de Ensino do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

SCHWARTZMAN, Jacques. Responsabilidade Social no ensino superior. **Estudos**, Brasília, Ano 23, n.34, p.47- 54, abr. 2005.

SUBIRATS, J. Educação: responsabilidade social e identidade comunitária. In GOMÉZ-GRANELL, C; VILA, I (Orgs.) **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre: ArtMed, 2003.

TODOROV, João Cláudio. O conceito de responsabilidade social nos estabelecimentos de ensino superior. **Estudos**, Brasília, Ano 23, n.34, p.41- 46, abr. 2005.

TRONCOSO, Catalina Delpiano et al. Responsabilidade Social Universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos**. Ano 24. Nº 36. Junho: 2006.

VALLAYES, François. Que significa responsabilidade social universitária? **Estudos**. Ano 24. Nº 36. Junho: 2006.